



Número: **0800130-51.2020.8.20.5133**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Tangará**

Última distribuição : **20/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.467,54**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MIKE DOUGLAS AMADOR BARBOSA (AUTOR)		JADSON EVARISTO DA SILVA FABRICIO (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54737 557	31/03/2020 17:40	2707017_CHAMAMENTO_AO_FEITO_02	Outros documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TANGARA/RN

Processo: 08001305120208205133

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MIKE DOUGLAS AMADOR BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para, ao final, **requerer o CHAMAMENTO DO FEITO A ORDEM.**

No despacho inicial este Nobre Magistrado entendeu pela necessidade da realização de perícia médica, bem como arbitrou honorários periciais e, ainda intimou as partes para que apresentasse os quesitos, **porém o pedido autoral trata-se exclusivamente de reembolso de despesas médicas - DAMS, dessa maneira não há que se falar em perícia.**

A comprovação de seus danos pode ser realizada mediante prova documental, não ensejando a necessidade de perícia médica para tal comprovação.

Em verdade é de praxe nas ações que versem sobre seguro DPVAT, que o juízo de pronto designe a perícia médica, contudo, isso se deve ao fato de que é necessário, para as demandas que tem por objeto indenização por invalidez permanente, o que **não é o caso dos autos.**

Não consta dos autos qualquer aditamento a inicial para autorizar o pedido de indenização em virtude de suposta invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito, dessa forma, a ampliação do objeto seria vedada pelo ordenamento jurídico, consoante o artigo 264 do Código de Processo Civil.

Assim, conforme a melhor doutrina, realizada a citação ocorre à estabilização do processo, descabendo a modificação da proposição inaugural.

Desde a descrição dos fatos, toda a fundamentação, fica claro que O PEDIDO É EXCLUSIVO PARA REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS.

No pedido inaugural não se encontra pedido de indenização por invalidez o que contradiz o despacho ora proferida nestes autos.



Dessa forma, vem requer o chamamento do feito à ordem para que seja tornado sem efeito o despacho nesta parte.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
TANGARA, 26 de março de 2020.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 31/03/2020 17:40:07
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20033117400745600000052721627>
Número do documento: 20033117400745600000052721627

Num. 54737557 - Pág. 2